

# Trágico retrocesso na saúde pública

14 MAI 1986

Enquanto o País é vitimado por uma série de epidemias, doenças que se alastram de forma surpreendente, pois que se julgava de há muito erradicadas, além de outras novas — e aqui nos referimos conjuntamente aos surtos de febre amarela, dengue, febre purpúrica, malária, leishmaniose... —, seguem a pleno vapor as campanhas destinadas a convencer a opinião pública da eficiência da “política social” do governo: campanhas de “leite para as crianças”, “merenda escolar” e outras baratas demagogias da espécie, como se a saúde pública fosse algo de somenos para o poder público, ou como se as atuais autoridades (federais e estaduais) não se sentissem responsáveis pelos graves riscos por que está passando a população brasileira, em geral.

A entrevista que publicamos há dias tomada ao ex-ministro da Saúde, professor Paulo de Almeida Machado, faz vir à tona as raízes mais profundas do verdadeiro retrocesso que padecemos, no campo da saúde pública, uma vez que vitórias históricas já conquistadas, no combate às epidemias, foram malbaratadas, sofrendo solução de continuidade a

partir do momento em que os políticos — ou a *politicagem*, melhor seria dizer — invadiram o setor da Saúde, nele instalando o deletério empirismo.

Vale a pena reproduzir as observações do professor Machado, para bem refletirmos sobre elas: “Fomos um dos primeiros países infestados a acabar com a febre amarela, erradicando o mosquito transmissor, o *Aedes aegypti*. Foi um trabalho começado por Emílio Ribas, que no fim do século andou matando mosquitos de Campinas a Ribeirão Preto. Um trabalho que, por incrível que pareça na História deste país, foi mantido do governo de Rodrigues Alves até o governo de Ernesto Geisel. Essa continuidade administrativa sem precedentes só foi conseguida porque os responsáveis pela saúde pública sempre atualizaram suas normas técnicas, mantiveram uma disciplina rígida e, principalmente, foram aperfeiçoando uma estrutura de carreira de servidor — tanto para o guarda sanitário como para o médico —, na qual quem estava em cima era porque aprendeu trabalhando duro” (...) “Com a consolidação da ‘abertura

democrática’ do governo Geisel, os políticos acharam-se no direito de indicar quem ia trabalhar. E os quadros de saúde pública receberam um sem-número de recém-chegados que não vinha, como antes, lá de baixo, do aprendizado duro. E, além disso, homens de valor extraordinário foram encostados.”

Eis aí bem demonstrada a profunda distorção. E de lá para cá, passando pelo desastrado governo Figueiredo, mas também por mais de um ano de Nova República, tal situação não se tem apenas agravado? A intromissão de políticos na administração, fazendo nomear, para setores estritamente técnicos, científicos, cidadãos despreparados e incompetentes, pertencentes tão-só às múltiplas corriolas de apadrinhados, de apaniguados eleitorais, não tem sido o que mais se vê nestes novos tempos de democracia? E quanto aos governos estaduais, já em fim de mandato, o que ocorre não é fenómeno semelhante, enquanto a mesma demagogia da “política social” é apregoada aos quatro ventos, sustentada por maciças campanhas publicitárias “institucionais”, nos veículos de comunicação?

Enganam-se os que tentam enganar a opinião pública, deixando de responsabilizar-se pelos graves problemas de saúde que sofremos hoje, como se decorressem eles, somente, de erros passados. Pois os erros, as omissões, os descasos vêm de passado bem recente. No tempo em que pessoas sérias e capazes cuidavam da saúde pública brasileira, os surtos de doenças, as epidemias eram combatidas com eficiência, controladas, quando não erradicadas. Agora, as doenças voltam, e a pior consequência da solução de continuidade que tivemos, no combate às epidemias, é aquela apontada pelo professor Machado: “Para cada ano parado na vigilância epidemiológica são dez anos para trás em saúde pública. Como paramos de cinco a seis anos em um trabalho mantido por 90 anos...”

A conclusão se impõe como óbvia, a ser expressa numa palavra: trágica. Pois a *politicagem* pode ter feito a saúde pública brasileira andar para trás cerca de 50 ou 60 anos. E não serão 50 mata-mosquitos recrutados no Nordeste — ou paliativos semelhantes — que resolverão, agora, o problema.